

Título: Direitos territoriais de povos indígenas

No dia 7 de fevereiro de 2014 foi instituído o decreto Nº 6.040, conhecido como PNPCT (Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais) que busca reconhecer e preservar outras organizações sociais.

Os problemas relacionados a garantia dos direitos dessas outras organizações se inicia quando apenas 26 dessas comunidades são reconhecidas.

Atualmente, a situação que mais reflete a negligência do governo quanto aos povos indígenas é a questão das queimadas na região da floresta amazônica, que só aumentou nos últimos dois meses, assim prejudicando diversas aldeias visando o crescimento da agro-pecuária.

No ano de 2021 povos nativos escreveram a carta da Amazônia para os participantes da 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, que nela fazem um apelo para a garantia de seus direitos. "Nossos territórios protegidos e direitos respeitados são as ~~meu~~ reivindicações dos movimentos sociais e ambientais brasileiros. Não compactuamos com qualquer tentativa e estratégia baseada somente na lógica do mercado."

É necessário uma intervenção do Estado para proibir as queimadas ilegais do território da Amazônia e garantir por meio de políticas públicas de vigilância que os direitos desses povos estão sendo garantidos.

Tema Conclusão

Título: Direitos territoriais de povos indígenas

No dia 7 de fevereiro de 2014 foi instituído o decreto nº 6.040, conhecido como PNPT (Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais) que busca reconhecer e preservar outras organizações sociais.

Os problemas relacionados a garantia dos direitos dessas outras organizações se inicia quando apenas 26 dessas comunidades são reconhecidas.

Atualmente, a situação que mais reflete a negligência do governo quanto aos povos indígenas é a questão das queimadas na região da floresta amazônica, que só aumentou nos últimos dois meses, assim prejudicando diversas aldeias visando o crescimento da agro-pecuária.

No ano de 2021 povos nativos esmeraram a carta da Amazônia para as participantes da 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, que nela fazem um apelo para a garantia de seus direitos. "Nossos territórios protegidos e direitos respeitados são as ~~meias~~ reivindicações dos movimentos sociais e ambientais brasileiros. Não compactuamos com qualquer tentativa e estratégia baseada somente na lógica do mercado."

É necessário uma intervenção do Estado para proibir as queimadas ilegais do território da Amazônia e garantir por meio de políticas públicas de vigilância que os direitos desses povos estão sendo garantidos.